

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: da teoria à prática

Clícia Frigo¹

clicia.f@hotmail.com

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8533025A8>

RESUMO

Este trabalho tem como tema a Alfabetização e o Letramento. É de importância imensurável para o professor alfabetizador dominar estes conceitos e entender como o letramento acontece nas atividades realizadas em sala de aula com os alunos na medida em que estes são alfabetizados. O objetivo geral deste trabalho é verificar as diferenças entre a Alfabetização e Letramento levando em conta da teoria à prática, e estará embasado teoricamente pelos estudos da pesquisadora Anne-Marie Chartier. O conceito de letramento é ainda pouco conhecido, ou pode-se dizer não plenamente compreendido, em vista de que esta palavra surgiu na língua portuguesa há pouco tempo. Deve ficar claro, no entanto, que alfabetização e letramento se somam. A alfabetização dá ao sujeito a condição de ser capaz de ler e escrever e o letramento é o resultado da ação de aprender a ler e escrever, levando o sujeito ao exercício das práticas sociais de leitura e escrita, que é a finalidade da educação.

Palavras-chave: Alfabetização . Letramento. Teoria X Prática

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema central os conteúdos alfabetização e letramento. Esta discussão surgiu na busca de um maior aprofundamento neste assunto que é tão debatido nos últimos tempos e de extrema importância para todos os educadores.

A razão da escolha deste tema se deu, além de ser de extrema importância para a sociedade educacional, pelo fato de o mesmo ter sido debatido no 13º Seminário Internacional de Pesquisa em Leitura e Patrimônio Cultural, realizado na Universidade de Passo Fundo, no ano de 2015, que contou com a ilustre presença dos grandes estudiosos Roger Chartier e Anne-Marie Chartier. Anne-Marie foi quem aprofundou a temática alfabetização e letramento, em vista de sua constante pesquisa nesta área.

¹ Graduada em Letras: Português/Inglês e suas respectivas literaturas pela Universidade de Passo Fundo.

Mestranda em Letras do Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL da Universidade de Passo Fundo.

Alfabetização e letramento se somam. Alfabetizar é dar condição ao ato de ler e escrever, tornar o sujeito alfabeto. Letrar é, além de alfabetizar, tornar o sujeito competente na leitura e na escrita, dar-lhe a condição de ser letrado, de dominar a leitura e a escrita. Há assim uma diferença entre ser alfabetizado, saber ler e escrever, e ser letrado, viver na condição de quem sabe ler e escrever. Uma pessoa que aprende a ler e a escrever se torna alfabetizada, e uma pessoa que passa a fazer uso da leitura e da escrita e se envolve nessas práticas sociais se torna letrada.

A sociedade do conhecimento, da qual se faz parte, exige do sujeito que, além de ler e escrever, domine essas práticas para que este possa participar socialmente e exercer seu papel de cidadão, tendo em vista que tudo gira em torno do código escrito.

Identificar esses processos no contexto em que se dá a aprendizagem, ter conhecimento destes conceitos a fim de compreender em que momentos ocorrem e como deve-se influenciá-los são de extrema relevância aos professores, sobretudo à luz de teóricos e pesquisadores da educação. Diante deste contexto, surgem os seguintes questionamentos: Qual a diferença entre alfabetização e letramento? De que forma a teoria auxilia na prática de alfabetizar letrando? Até que ponto a teoria facilita a prática de sala de aula?

Este trabalho se estrutura da seguinte forma: num primeiro momento apresentam-se os aspectos históricos e teóricos, bem como os conceitos e definições de alfabetização e letramento. E em seguida, reflete-se sobre como a teoria auxilia na prática de alfabetizar.

1 Alfabetização e letramento: definindo conceitos

Pensar em alfabetização e letramento é se encaminhar a uma divisão da qual se delinea um conceito que, segundo Chartier 2009, recentemente chegou ao Brasil e que ainda é desconhecido ou mal entendido pela grande maioria dos professores ou responsáveis da área da educação, ou ainda, não compreendido plenamente pela maioria das pessoas. Segundo a pesquisadora Anne-Marie Chartier, o conceito de letramento chegou ao Brasil em meados dos anos 1980, mais tarde que na França.

O conceito de letramento surgiu da necessidade de reconhecer e nomear as práticas de leitura e de escrita bem como fazer o uso competente e frequente das mesmas. Anne-Marie (2009) afirma que “o que se chama “*saber ler*” (no sentido de compreender o que significa o texto) está ligado ao letramento e não à alfabetização”.

Nos dias de hoje, apenas saber ler e escrever tem se mostrado exíguo para satisfazer os progressos da sociedade. É necessário ir além da simples aquisição da decodificação dos signos, é preciso saber fazer o uso da escrita e da leitura no dia a dia, lendo o mundo que cada vez mais exige esta prática. E haja vista a sociedade cercada pela diversidade de linguagens, com as quais interage-se a todo o tempo, é necessário letrar-se.

Ao passo que a sociedade vai se tornando mais dependente da escrita e da leitura o “ser alfabetizado”, apenas saber ler e escreve, vai se tornando ultrapassado e insatisfatório, e o conceito de letramento eclode em vista da necessidade de nomear este fenômeno, no qual as pessoas devem incorporar e adquirir competência para usar e envolver-se com as práticas de leitura e escrita. Essa incorporação e competência se dão através da leitura de diferentes gêneros textuais, da escrita desde um simples bilhete até um ofício e da capacidade de encontrar informações em qualquer tipo de suporte.

Embora o termo letramento apareça em muitas capas de livros e nas bibliografias acadêmicas ele ainda não foi adotado pela mídia ou mesmo pelos professores. Pode-se dizer que é um termo utilizado quase que só por pesquisadores da educação.

Há muitos anos a preocupação dos órgãos governamentais girava em torno do grande número de pessoas que não sabiam ler e escrever. O governo, em vista disto, criou leis para superar este problema e a ordem era alfabetizar o maior número de pessoas. Nos últimos tempos este problema foi superado e a preocupação passou a girar em torno do letramento. Pois, de que adianta alfabetizar se os sujeitos não possuirão competência nas práticas fundamentais da educação, que é saber fazer uso da leitura e da escrita? Mas, embora o termo não seja muito conhecido foram feitas reformulações nos modos de ensinar, a fim de desenvolver o uso da leitura e da escrita como exercício de cidadania.

1.1 Alfabetização

Na Constituição do Brasil de 1988, a alfabetização passou a ser um direito de todo o cidadão, independente da idade em que este tem acesso a este direito. Alfabetizado, o sujeito passa a ter os conhecimentos básicos para que possa exercer seu papel como cidadão na sociedade em que vive. Assim, a alfabetização passou a ser uma questão de cidadania.

Na área da alfabetização ocorreram muitos avanços nos últimos anos, pesquisas e teorias são de extrema importância e muito contribuem para esta prática, que é alfabetizar. Mas mesmo assim, nota-se que muitos educadores ainda veem a alfabetização como um processo que não evolui e a resumem em um simples ato de decodificar símbolos e se valem de apenas um método para todos os alunos, esperando que cada criança se alfabetize. Ao contrário, os professores devem elaborar técnicas e atividades que auxiliem no processo de alfabetização, de aquisição da leitura e da escrita, e que proporcione assim o letramento.

A alfabetização, em oposto do que muitos professores pensam, é um tema muito dinâmico e que evolui constantemente. E o sustentáculo crucial da alfabetização consiste em formar um indivíduo capaz de exercer seu papel de cidadão, de compreender o mundo e influenciar a realidade em que vive.

A francesa Anne-Marie Chartier (2009) destaca em uma entrevista que “alfabetizar é um ofício que, mais do que uma boa base teórica, requer muito trabalho prático e interação com outros profissionais”.

O conceito de alfabetização vem mudando ao longo dos tempos e como expõe a pesquisadora, “tradicionalmente, a alfabetização era definida como a capacidade de decifrar de modo correto um texto, oralizando-o. Não significava necessariamente compreendê-lo”. Mas com o passar dos tempos e com vários estudos feitos sabe-se que alfabetizar é uma prática que permite e dá capacidade ao sujeito de interagir com o que lê e escreve.

Os saberes ligados à alfabetização sempre ultrapassaram a simples decodificação. A grande mudança decorre de que o teste que mostrava que o indivíduo sabia ler, ou seja, que era alfabetizado, era a leitura em voz alta. Com as avaliações modernas, mede-se se o aluno, criança ou adulto, sabe ler no sentido de compreender o que significa o texto, lendo as respostas escritas que ele deu a questões escritas no texto. O que se chama de “saber ler” no segundo caso está ligado ao letramento, não a alfabetização. (CHARTIER, 2009)

Nota-se, assim, que alfabetizar é dar ao sujeito acesso ao mundo da leitura e da escrita, tornando-o capaz não só de ler e escrever enquanto habilidades, mas de fazer uso real e adequado com todas as funções que essas práticas dispõem na sociedade. Significa deixar à disposição do sujeito um veículo de acesso aos conhecimentos e instrumentos de expressão e compreensão da realidade.

Alfabetizado, então, é a pessoa que tem a capacidade de ler e escrever, que sabe reconhecer as letras do alfabeto e que possui a habilidade de organizá-las para formar sílabas, palavras, frases e textos. Até pouco tempo ser apenas alfabetizado era suficiente para atender a demanda da classe trabalhadora, mas atualmente a sociedade exige mais capacitados, que tenham conhecimento para acompanhar o ritmo acelerado da tecnologia, exigindo assim indivíduos que são capazes de ir além da simples decodificação, ou seja, que façam uso correto e competente da leitura e da escrita no dia-a-dia, isto é, que sejam letrados.

1.1 Letramento

Ao iniciar a seção que fala sobre o letramento, destaca-se o que Anne-Marie Chartier afirma em entrevista, quando diz que é importante levar em consideração o período/época em que se vive para definir o termo letramento, pois “o letramento de hoje não é mais o dos anos 1900, mas talvez pareça arcaico em 2100” (CHARTIER, 2009). Em virtude deste fato o professor, que é responsável pelo ensino, deve saber qual o desempenho que deve visar.

O letramento, tradução para o português da palavra inglesa *Literacy*, “condição de ser letrado”, refere-se à apropriação e ao uso frequente e competente da leitura e da

escrita para seu uso social, trazendo consequências para o indivíduo ou para a sociedade que este faz parte, fazendo com que estas práticas se tornem parte de sua vida como meio de expressão e comunicação. O indivíduo torna-se, assim, usuário da leitura e da escrita na vida social. Assim sendo, letrado é alguém que se apropriou da escrita e da leitura a ponto de servir-se com desenvoltura e competência, para dar conta de suas situações sociais e profissionais.

O termo “letramento” [“literacy”] ao longo do tempo causou problemas de tradução para as línguas romanas que somente conheciam o termo “alfabetização” [“alphabétisation”]. O letramento [literacy] designa atividades humanas que implicam o uso da escrita, assim como a oralidade designa o conjunto de atividades humanas que implicam o uso da palavra viva. A particularidade da escrita é que ela materializa a palavra, faz com que os outros a vejam, transforma a palavra em ferramenta técnica. (CHARTIER, 2011, p. 56)

Percebe-se, assim, que o letramento decorre das práticas sociais que leitura e escrita exigem, nos diferentes contextos que envolvem a compreensão e expressão lógica e verbal. O letramento é a função social da escrita e da leitura, enquanto a alfabetização se refere ao desenvolvimento destas habilidades.

Antigamente, como destaca a pesquisadora, acreditava-se que a criança entrava na leitura somente quando já dominasse o código escrito, mas hoje sabe-se que este pensamento está ultrapassado na concepção de letramento que leva em conta toda a bagagem que a criança tem de leitura de mundo, mesmo antes de conhecer os signos escritos. O processo de letramento inicia a partir do momento em que a criança nasce cercada de material escrito, imagens, gestos, cantigas, etc e de pessoas que fazem o uso da leitura e da escrita no dia-a-dia. A partir disso, desde cedo as crianças vão conhecendo estas práticas, assim como conhecendo e reconhecendo o sistema da escrita, o sistema alfabético, o sistema ortográfico. Em vista disso, é importante lembrar da pesquisadora Anne-Marie, quando esta denota que “tudo se esquece, mas nada se apaga”, frisando que é de extrema importância evitar nas crianças, traumas, choques de

emoção, rupturas brutais, o não dito, as ordens contraditórias e as situações de duplo vínculo.

Assim sendo, nota-se que o letramento tem como foco os processos sócio-históricos da aquisição da escrita, dessa forma pode-se entender que a alfabetização faz parte do letramento e não é sinônimo dele. Alfabetização e letramento são, portanto, processos diferentes, mas complementares e não podem ser separados.

Se julgar a realidade da sociedade em que se vive, a contemporânea, fica evidente que apenas dominar de forma mecânica a leitura e a escrita não é suficiente, pois sabe-se que não é apenas a aquisição do sistema da escrita que desenvolve o intelecto, mas o seu uso nas múltiplas funções.

Os debates internacionais em torno do letramento surgiram a partir de observações em torno do analfabetismo, mas não do analfabetismo de não saber ler nem escrever, do analfabetismo das crianças que, embora alfabetizadas, saiam da escola sem condições de se inserir de forma efetiva na sociedade. Assim, surgiu o letramento, para dar continuidade a este processo que a criança vinha construindo antes de entrar para a escola, pois vivia em uma sociedade letrada e já se relacionava com as várias linguagens disponíveis nesta, e para suprir as faltas e as lacunas deixadas em branco pelo processo de alfabetização.

Observa-se, assim, que o letramento é a consequência de uma pesquisa sobre o estado do analfabetismo, contemplando a necessidade de buscar uma aprendizagem mais permanente, fundamentada e necessária aos tempos em que se vive e que cada vez mais exige de seus participantes.

O letramento, no espaço escolar, refere-se a adotar o processo de alfabetização no processo social da escrita, de obter informações através de leituras de diferentes gêneros textuais, buscando informações e usar a escrita para se orientar, descobrindo a si mesmo através destas práticas. Assim sendo, buscar nas crianças o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas que cultiva e exerce as práticas sociais que exigem estas competências.

Nos últimos tempos, no Brasil, buscou-se reduzir muito mais o número de reprovações do que os do analfabetismo e isso encobre a realidade. A sociedade e o

governo devem dar mais atenção à formação de cidadãos que saibam ler e escrever de uma forma que possam apoderar-se destas práticas sociais em seu dia-a-dia. E é neste sentido que o letramento se torna de extrema importância no processo de aprendizagem, não apenas na leitura e na escrita, mas em todas as áreas do conhecimento que fazem parte do currículo escolar.

2 Da teoria à prática

Como já destacado acima, para a pesquisadora francesa Anne-Marie Chartier, alfabetizar é um compromisso que, mais do que uma boa base teórica, requer muito trabalho prático e diálogo com outros profissionais da área da educação. Para a pesquisadora, considerar que o conhecimento teórico basta para ensinar as crianças a ler e escrever é um pensamento sem fundamento.

Sabe-se, e a pesquisadora também ressalta, que a prática decorre da teoria, mas o conhecimento teórico não é suficiente para saber ensinar as crianças. Anne-Marie afirma (2009) que

É preciso, portanto, ter uma formação prática. Fazer trabalhar toda uma turma, mobilizá-la, saber utilizar bem um livro, qualquer que seja, guardar na memória o desempenho de cada aluno para adaptar suas exigências, tudo isso requer muito mais tempo, mesmo que se possa ganhar com a convivência com professores experientes. Costuma-se considerar que uma boa formação “acadêmica” tornará os professores mais competentes. Eu sou menos otimista. Penso que o ofício de alfabetização requer uma formação profissional específica, feita de alternância entre o trabalho prático, discussão sobre o que se faz, o que se leu, o que as crianças souberam fazer ou não, mas sobretudo de interações com outros profissionais. (CHARTIER, 2009, p. 5)

Nos últimos tempos houve uma renovação nos livros didáticos que ensinam as crianças a ler. A inovação, que segundo os editores busca respostas para as exigências da nova geração de professores e das novas práticas de ensino, é o manual do professor que acompanha o livro didático. Esse manual traz um panorama ou pode-se dizer um guia

a ser seguido pelo professor durante o ano letivo, destacando em que momento este deve introduzir tal assunto/lição.

Este manual do professor é quase sempre escrito por um professor universitário, pesquisador, linguista, didata da língua ou psicólogo, que nunca esteve em uma classe de alfabetização. E a escolha dos exercícios e da progressão anual se refere às escolhas teóricas deste pesquisador, que pode ser construtivista, cognitivista ou de qualquer outra corrente teórica.

Estes manuais, que podem ser ou não adotados pelos professores, contribuem na propagação de uma visão reducionista e contestável do que realmente é ensinar a ler e escrever. A pesquisadora Anne-Marie (2010) destaca,

Alguns professores eficazes, cujos alunos aprendem a ler de forma bem tranquila, às vezes vêem suas certezas práticas, fundamentadas em seus anos de experiência, serem abaladas por tais discursos: não reconhecem sua prática no interior das atividades enaltecidas pelos teóricos. Outros docentes, menos seguros a respeito de suas competências, adotam as propostas “científicas” dos especialistas, esperando que elas produzam milagres. Como o milagre não chega, eles tem de escolher entre pensar que são maus profissionais ou que a teoria não vale nada.

Os esclarecimentos teóricos precedem a atuação prática. Isto, então, faz supor que a prática origina-se da teoria, ou que a prática é a aplicação da teoria. Mas a função da base teórica é tornar legal e incontestável o ensino, em vista disso, não basta que um saber seja teoricamente validado para que ele possa ser eficaz. As referências científicas são indispensáveis nos países onde todos os professores vão a universidade, mas deve-se lembrar que não é o que acontece em todos os países. Assim sendo, nenhuma progressão pedagógica pode, por enquanto, ser dita fundamentada em bases teóricas irrefutáveis.

CONCLUSÃO

Com o presente trabalho obteve-se um maior entendimento sobre as temáticas Alfabetização e Letramento. Buscou-se tratar de uma alfabetização ampliada e voltada ao letramento, pois alfabetização e letramento se complementam e apenas com a junção de ambos os conhecimentos é que o sujeito poderá se inserir na sociedade que é governada pela linguagem.

Alfabetizar, como muito já foi dito, é ensinar o código alfabético e letrar é familiarizar o indivíduo aprendiz com os diversos usos da leitura e da escrita. Letrado, assim, é aquele sujeito que se apropriou da leitura e da escrita a ponto de usá-las com desenvoltura e competência dando conta de suas situações sociais e profissionais.

Sabe-se que a leitura e a escrita são competências básicas para o ingresso e a participação em uma sociedade letrada. São armas que permitem compreender e realizar a comunicação com os outros sujeitos, assim, por meio da leitura e da escrita o homem se torna um ser global e social, enfim um cidadão inserido na sociedade. O importante é perceber que alfabetizar e letrar são processos distintos, porém interligados.

O professor, por mais conhecimento que possua, necessita cada vez mais de formações para que possa realizar o processo de alfabetização de forma prazerosa e gratificante, com métodos que busquem o ensino e o saber na sua forma mais profunda, pois o alfabetizador deve tornar a criança letrada de uma forma que está consiga interagir e compreender o lugar em que está inserida.

Desse modo, os termos científicos ajudam a esclarecer ou mesmo redefinir os saberes empíricos dos professores. Os livros didáticos, os manuais do professor, as revistas pedagógicas e os estágios de formação permitem reter aqueles saberes que facilitam a vida profissional e as trocas entre os colegas, e não somente os termos que “estão na moda”. É sempre trabalhando sobre exemplos concretos, sobre situações de sala de aula e estudos de caso que se pode fazer uma ligação entre as categorias da experiência profissional e os conceitos oriundos da pesquisa científica. Esta transferência de um mundo a outro, não é o resultado de uma transposição didática, para mim, mas, sim, de uma apropriação coletiva dos saberes. A cultura docente manterá aqueles saberes que são úteis e os demais permanecerão no mundo dos pesquisadores. (CHARTIER, 2010, p. 15)

O profissional da área da alfabetização, ao realizar o processo de leitura e de escrita deve identificar a realidade vivida de cada criança, seus hábitos, costumes, seu ambiente familiar, buscando uma aprendizagem que proporcione o verdadeiro sentido do saber.

Ainda sobre a alfabetização, sabe-se que está não tem fim, pois, por mais que a criança domine a leitura e a escrita sempre estará em processo de buscas, de barreiras a serem enfrentadas e alcançadas no percurso da alfabetização e do letramento na sociedade da qual faz parte.

Em resumo afirma-se que para poder alfabetizar letrando é necessário acabar com o modelo que há muito tempo é adotado pelas escolas. Escola não é um lugar de fazer apenas cópias, contas, seguir o livro imposto e aprender o alfabeto. A escola é o espaço onde os sujeitos devem expor suas ideias e opiniões, ouvir a opinião dos outros, ler e resolver problemas, enfim, aprender a ler e escrever e junto aprender a ter uma posição crítica na sociedade em que vive. E além de tudo, o professor responsável pela alfabetização, deve ter amor pela sua profissão, paciência para enfrentar os percalços do ensino e domínio do conteúdo e do conhecimento que deve passar a seus alunos, afinal uma criança só aprende quando percebe que o professor está disposto a lhe ensinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARTIER, Anne-Marie. **Oralidade, alfabetização e letramento**. Revista Pátio Educação Infantil. Ano VI, Nº 20, 2009.

_____. **Como nosso olhar sobre as crianças mudou: as novas psicologias do século XX**. In: ESPINOZA, Ana Maria, et al. 30 olhares para o futuro. Editora Escola da Vila, São Paulo 2010.

_____. **Ensinar a ler e escrever, entre teoria e prática**. Palestra apresentada na V Semana da Educação, da Fundação Victor Civita. São Paulo, 2010.

_____. **1980 – 2010: trinta anos de pesquisas sobre a história do ensino da leitura. Que balanço?** In: MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: uma história de sua história. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011. Tradução de Thabatha Aline Trevisan e Bárbara Cortella Pereira.

SOBRE O AUTOR/ A AUTORA:

Possui graduação em Letras - Português e Inglês e Respectivas Literaturas pela Universidade de Passo Fundo (2014). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e suas respectivas literaturas. Aluna do Mestrado em Letras do Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. Bolsista UPF 50%.